

UM CORPO SEM CARNE: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS LIMITES DO “MATERIALISMO” DE JUDITH BUTLER

Caynnã Santos
Virgínia Ferreira

RESUMO: A teoria da performatividade de gênero tal como proposta por Judith Butler é acusada de por vezes flertar com determinada semiologização irrestrita do mundo, dando forma a um posicionamento sobre o corpo que parece elidir sua concretude. No presente ensaio, debruçamo-nos sobre os sentidos atribuídos por Butler à noção de materialidade corporal, privilegiando a análise crítica de suas teorizações em seu hoje clássico *Bodies That Matter* (1993), obra que ganhou recentemente sua primeira edição em língua portuguesa. Filiando-nos à polêmica em torno do “materialismo falho” butleriano, identificamos duas “modalidades de materialidade” em seus escritos, sendo ambas, argumentamos, limitadas por certa inclinação exacerbada ao discursivo. Por fim, defendemos, em confluência com os recentes desenvolvimentos neomaterialistas, a necessidade de resgate/construção de uma noção de materialidade corporal situada além da inconcretude que permeia muitas das atuais considerações feministas pós-estruturalistas sobre os corpos.

PALAVRAS-CHAVE: Judith Butler; matéria; corpo; teoria feminista.

ABSTRACT: The theory of gender performativity as proposed by Judith Butler is accused of flirting with an unrestricted ‘semiologization’ of the world, positioning the body in a way that elides its concreteness. In this essay, we focus on the meanings attributed by Butler to the notion of “materiality of the body”, as presented in her classic *Bodies That Matter* (1993), which has recently received its first translation into Portuguese. Joining the polemic concerning Butler’s ‘failed materialism’, we identify that the author mobilizes two “modalities of materiality” in her writings, both of which, we argue, are considerably limited by an exaggerated inclination toward the discursive. Finally, we advocate, following insights from new materialist scholars, the need to rescue/construct a notion of corporeal materiality situated beyond the lack of concreteness that pervades many of the current poststructuralist feminist considerations about bodies.

KEYWORDS: Judith Butler; matter; body; feminist theory.

INTRODUÇÃO

Fato é que os escritos de Judith Butler figuram hoje como um edifício teórico incontornável para públicos especializados ou não cujos interesses se situam em temáticas caras aos estudos de gênero e sexualidade. Sua produção teórica desconcertante, como bem adjetivaram Leandro Colling e Larissa Pelúcio (2015), aliada à sua incansável disposição a se fazer praticamente ubíqua nos mais relevantes e prementes debates públicos da atualidade, renderam à *Queen of Gender*, como coroada por Gayle Rubin (2003), um contingente de dedicadas/os admiradoras/es que só rivaliza, em número, à quantidade de suas/seus ferrenhas/os detratadoras/es. Os “amores e ódios” que a prática político-teórica de Butler inspira, evidenciados de modo explosivo na última visita da pensadora ao Brasil no ano de 2017, podem ser interpretados como sintomáticos não apenas da incompreensão de suas teorias – fator indubitavelmente central quando analisamos os lamentáveis protestos e ataques dos quais a filósofa foi vítima em nosso país –, mas também parecem expressar a ambiguidade e passionalidade características das formas de tratamento reservadas às/aos grandes intelectuais de nosso tempo.

O presente ensaio, nos antípodas de um esforço voltado para a análise da recepção brasileira dos estudos *queer*, dos trabalhos de Butler ou dos sentimentos que públicos especializados ou não nutrem acerca da figura da autora, elege como seu objeto de interesse os sentidos atribuídos nos escritos da pensadora norte-americana à noção de matéria. Especificamente, objetivamos oferecer uma visada crítica acerca das teorizações butlerianas da materialidade corporal, tomando seu hoje clássico *Bodies that Matter* (1993) – texto que, oportunamente, ganhou há pouco sua primeira edição em língua portuguesa (BUTLER, 2019) – enquanto obra prioritária, porém não exclusiva, de análise. Com isso, pretendemos apresentar um pequeno contributo para a longa polêmica feminista acerca daquilo que Vicki Kirby (2006) nomeou de “materialismo falho” proposto pela filósofa. Mediante nossas leituras, identificamos que Butler mobiliza dois entendimentos particulares de matéria, sendo ambos, argumentamos, limitados consideravelmente por certa inclinação exacerbada ao discursivo, marca de determinadas vertentes do pós-estruturalismo que, por vezes, flertaram com uma espécie de semiologização irrestrita do mundo.

Nossas discussões aqui expostas – potencialmente reconhecíveis como envoltas em certo teor “iconoclasta”, dado o fato de se endereçarem a propostas daquela que figura como uma das autoras feministas de maior aceitação por parte

das/os estudiosas/os brasileiras/os do gênero – são animadas pelo entendimento de que as teorias feministas, na atualidade, veem-se confrontadas com a urgente tarefa de novamente “levar a matéria a sério” (ALAIMO, 2010, p.6). Acreditamos que os potenciais futuros de intervenção político-teórica radical do pensamento feminista serão condicionados pelo seu sucesso, no presente, em resgatar/propor uma noção de matéria situada além da inconcretude que permeia o paradigma vigente nas teorizações sobre a corporalidade – paradigma este, responsável por dar forma àquilo que Terence Turner (1994, p. 36), em sua crítica à elisão da anatomia em Foucault, chama de “um corpo sem carne”.

Neste sentido, cabe ressaltar que o presente esforço analítico-argumentativo se dá no bojo de um emergente movimento político-teórico transversal à sociologia, antropologia e filosofia, caracterizado pela renovada importância que confere às dimensões tangíveis do mundo e de seus actantes humanos e não-humanos, movimento este que dá forma àquilo que se convencionou chamar nos últimos anos de “virada ontológica” ou “virada material”. No campo dos estudos de gênero e feministas, essa tendência se sedimenta nos esforços daquilo que tem sido comumente nomeado de “feminismo material” ou “neomaterialismo”. A título de sucinta contextualização, essa emergente vertente do pensamento feminista contemporâneo parte do entendimento de que as tendências teóricas herdeiras da virada linguística, entre elas a(s) teoria(s) *queer*, em sua característica ênfase pós-estruturalista no “primado da cultura” (DE LAURETIS, 2004), negligenciaram a materialidade dos corpos e das práticas regulatórias nas análises do fenômeno sexual. Nossas discussões aqui apresentadas, longe de buscarem criar falsas dicotomias entre posições teóricas, pretendem-se movimentos críticos iniciais em direção a futuras alianças potencialmente profícuas, mediante as quais as teorias *queer* e neomaterialistas enriquecer-se-ão mutuamente, norteadas pela meta comum de pensar a temática da matéria “sem seu habitual acompanhamento de essencialismo” (HIRD, 2004, p.227).

Tendo em mente os objetivos do presente texto, iniciamos nosso percurso analítico-argumentativo a partir de uma revisão sintética e direcionada (isto é, sem qualquer pretensão exaustiva) de algumas das principais teorizações de Judith Butler no concernente ao modo como as normas sociais de sexo e gênero produzem corpos e subjetividades segundo uma dinâmica performativa. Nesse primeiro momento de nossa exposição, sublinhamos a influência da noção althusseriana de interpelação ideológica sobre as propostas butlerianas, elemento este que nos permitirá melhor compreender o importante conceito

de “materialização” como pensado pela autora. Em seguida, damos início à nossa leitura mais propriamente crítica, acentuando os limites das duas noções gerais de “materialidade corporal” que identificamos em seus escritos. Por fim, propomos uma breve discussão que aponta para a necessidade de real superação dos binarismos tradicionais entre natureza e cultura, matéria e discurso, que continuam a permear e limitar os correntes debates político-teóricos acerca da materialidade corporal – limitações estas que, como veremos, também se fazem presentes nas proposições de Judith Butler.

BUTLER: DESESTABILIZANDO (EFEITOS DE) VERDADES

Judith Butler se empenha em um esforço de desconstrução da oposição binária sexo/gênero, de modo a trazer definitivamente para o campo discursivo categorias ditas “naturais” ou “originárias”, como sexo, corpo e binarismo sexual. Criticando os entendimentos dominantes até finais da década de 1980, que partiam da suposição de que haveria uma oposição rígida entre o fato biológico “sexo” e o modo culturalmente determinado de expressão dessa diferença sexual “gênero”, Butler ([1990] 2003) defende que o gênero é, mais do que um meio social de atribuição de sentidos aos sexos, um aparato discursivo através do qual se cria a ilusão do sexo como propriedade natural dos corpos humanos:

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, na esteira de Foucault, Butler argumenta que o processo de identificação de gênero é sempre um processo de essencialização informado por relações de poder-saber, que funciona no sentido de transformar atos isolados em substância. A partir da citação repetitiva de *atos performativos*, noção esta que a autora busca na teoria dos atos de fala de J. L. Austin, indivíduos constituem a ficção reguladora de existência de corpos sexuados e subjetividades genderizadas prévios à sua produção discursiva. Tal dinâmica performativa, definida por Butler (1993, p.2) como “uma prática reiterativa e citacional mediante a qual o discurso produz aquilo que nomeia”, porém, não se desenvolve arbitrariamente, mas busca fixar identidades e produzir corpos dentro do espectro binário definido pelo regime regulatório dos dois

sexos. Desse modo, a partir do condicionamento continuado do corpo e dos atos perceptivos, assim como pela repetição estilizada de gestos significantes, as normas disciplinares são reificadas, materializando-se em subjetividades e corpos disciplinados segundo as categorias de masculinidade e feminilidade.

Por esta perspectiva, portanto, o sexo é enquadrado como tão culturalmente construído quanto o gênero, tornando obsoleto o modelo analítico hegemônico nos debates feministas até meados da década de 1980, que concebia uma oposição rígida entre os dois termos. Assim como a aparência de existência de uma identidade de gênero estável e essencial é produto de um conjunto de performances estruturadas por uma matriz heteronormativa, o sexo não é uma característica dada e fixa dos corpos, mas uma norma regulatória que atua de modo performativo, produzindo as diferenças (sexuais) que fala e, assim, *materializando* os corpos como “sexuados” (BUTLER, 1993, p.xi) (nos aprofundaremos no importante conceito de “materialização” adiante).

É possível antecipar, com base nessa apresentação necessariamente esquemática, algumas das críticas que foram endereçadas a Butler e sua teorização performativa das identidades de gênero e do corpo sexuado. Uma das principais linhas de contestação consistiu em acusações de que a autora reduziria as subjetividades sexuadas a efeitos das normas culturais e do discurso, incorrendo em uma nova forma de determinismo (de cariz cultural) que exclui a materialidade e a biologia, de modo a propor uma espécie de “sujeito-discurso”, uma versão pós-moderna da subjetividade abstrata e incorpórea cartesiana.

O determinismo cultural butleriano ao qual tais críticas se referem pode ser mais facilmente observado a partir de uma breve leitura das apropriações que a autora faz da célebre noção de “interpelação” como proposta por Louis Althusser – noção esta que Butler defende como ainda fornecedora de uma base sólida para as teorizações contemporâneas dos processos de subjetivação (BUTLER, 1997^a). Embora o conceito seja utilizado pela pensadora em diversos de seus trabalhos e em variados contextos argumentativos (BUTLER, 1993; 1997^a; 1997b), nos debruçaremos aqui sobre seu emprego em *Bodies that Matter*, trabalho no qual a autora norte-americana se coloca a tarefa de pensar mais detidamente o lugar do corpo em meio aos processos performativos de constituição de um “eu” sexuado.

Por interpelação, Althusser compreende o chamamento ideológico que tem a função de “transformar” indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 1996, p.133). O funcionamento de tal processo discursivo de subjetivação é ilustrado

pelo autor mediante um exemplo simples: uma corriqueira interpelação da Polícia – “Ei, você aí!”.

Presumindo-se que a cena teórica que imaginei ocorra na rua, o indivíduo chamado se voltará. Por essa mera virada física de 180 graus, ele se torna sujeito. Por quê? Porque reconheceu que o chamado ‘realmente’ se dirigia a ele, e que ‘era realmente ele que estava sendo chamado’ (e não outra pessoa). (ALTHUSSER, 1996, p.133)

Butler mobiliza tal noção de modo a erió-la como uma prática performativa de nomeação, que constitui como sujeito o nomeado, introduzindo-o em um quadro de inteligibilidade cultural preexistente. Em sua argumentação ela aponta a interpelação do gênero como a nomeação performativa fundante, que cria as condições culturais para a emergência de um ser humano “viável”, isto é, subjetivado e inteligível.

Consider the medical interpellation which (the recent emergence of the sonogram notwithstanding) shifts an infant from an “it” to a “she” or a “he”, and in that naming, the girl is “girded”, brought into the domain of language and kinship through the interpellation of gender. But that “girling” of the girl does not end there; on the contrary, that founding interpellation is reiterated by various authorities and throughout various intervals of time to reinforce or contest this naturalized effect (BUTLER, 1993, p.7-8)¹.

Fica claro que, para Butler, a interpelação normativa do gênero, calcada na matriz binária, é o momento inaugural, *constitutivo*, do sujeito na cultura. Em outro contexto argumentativo, quando discutindo as interpretações de sua teoria da performatividade do gênero apresentada em *Gender Trouble*, Butler (1994) acentua que não há um sujeito que preexiste à sua constituição cultural performativa, diferenciando as noções de performance e performatividade. Enquanto performances presumem a existência anterior de um sujeito que atua seu gênero, o que pode conduzir ao entendimento voluntarista de que as pessoas são livres para atuarem seus gêneros e corpos como bem entenderem, a noção de performatividade sublinha que não há subjetividade que antecede sua atuação performativa. Nesse sentido, os sujeitos não são a fonte da qual emanam as performances deliberadamente, isto é, aqueles que estão “por trás” das atuações de gênero. Aludindo aos

1 Visando maior precisão e fidelidade na apresentação das propostas da autora, optamos por manter as citações diretas de maior extensão em inglês.

vêus de Nietzsche, o sujeito não é, segundo a autora, aquilo que está oculto por vêus e atos, mas sim aquilo que só adquire existência no aparente jogo de sua ocultação.

Uma dificuldade muitas vezes notada, no entanto, subjaz à sua argumentação – que, a esta altura, parece dotar de alguma legitimidade as críticas que a acusam de definir o sujeito como pura “*posição discursiva*”. Esta dificuldade, que decorre do fato da autora apresentar o processo de interpelação sob a forma de uma sucessão temporal e causal, pode ser vislumbrada a partir dos seguintes questionamentos: o que preexiste à interpelação ideológica? Do que se trata este “*it*” que é transformado pelo chamamento médico em um “*she*” ou “*he*”? Estaríamos diante de alguma espécie de individualidade ou materialidade corporal “pré-linguística” e não exaurida pelo discurso?

Antes de nos debruçarmos detidamente sobre os entendimentos da autora acerca da materialidade dos corpos, cabe acentuar que os posicionamentos de Judith Butler sobre o tema se colocam longe de qualquer possibilidade de rotulação enquanto formas simplistas e vulgares de construtivismo linguístico. Em *Bodies that Matter*, texto que veio a se tornar canônico devido à sua inovadora e provocativa abordagem das dinâmicas de subjetivação em suas relações com a materialidade corporal, Butler edifica um portentoso quadro teórico que reconhece os efeitos constitutivos dos discursos e do poder sem, para tanto, incorrer em idealismos linguísticos próprios a vertentes extremadas do pós-estruturalismo. Igualmente, tal obra aborda a natureza material do corpo humano sem, contudo, retomar posições que compreendem o mesmo enquanto uma facticidade material autoevidente (BARAD, 2007, p. 191). Ainda, ao descrever os processos de construção social dos corpos como dinâmicas de “materialização”, Butler desestabiliza radicalmente as tradicionais formas de compreensão das inter-relações entre epistemologia e ontologia, movimento este que seria fundamental para os desenvolvimentos teóricos posteriores vinculados ao neomaterialismo.

Sublinhados os méritos da visada butleriana, podemos afirmar que, em *Bodies that Matter*, nos são apresentadas duas definições distintas de matéria, sendo ambas, argumentamos, marcadas pela tendência pós-estruturalista a atribuir primazia à dimensão discursiva do fenômeno material. Tal inclinação ao discursivo atua, na obra, como verdadeiro impeditivo à *real superação* (lê-se: não apenas retórica) das oposições binárias natureza/cultura, matéria/discurso, corpo/mente, elementos basilares dos regimes

de sentido modernos, responsáveis pela subestimação do valor agencial dos termos primeiros destas dicotomias. A primeira definição de matéria dada por Butler, à qual nos referimos como “matéria” (entre aspas), designa o efeito material produzido pelos processos discursivos de materialização. A segunda, à qual nos referimos como *matéria* (em itálico), diz respeito ao espaço de exclusão constitutiva que possibilita o funcionamento das práticas discursivas e demarca os limites dos regimes de inteligibilidade cultural. A seguir, abordamos criticamente ambas as definições.

OS LIMITES DISCURSIVOS DA “MATÉRIA”

Judith Butler (1993) propõe uma radical reformulação da tradicional concepção ocidental de matéria, subjacente às formulações filosóficas metafísicas, ao representacionismo e às teorizações feministas (inclusive construtivistas), que a tomam enquanto um substrato natural e passivo sobre o qual a sociedade constrói determinada “culturalidade” ativa. Para a pensadora, ao invés de mero espaço ou superfície, a “matéria” é, em si, uma *atividade*, um “processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de limite, rigidez e superfície que chamamos matéria” (1993, p.9). Sob esta óptica, os processos regulatórios de construção de significados dos corpos emergem como *materializações*, que definem o que é a existência material de um corpo, determinando suas fronteiras, relevos e natornos, de modo a criar o efeito de uma superfície estável e discreta à qual atribuímos o rótulo “matéria” (MARTINS, 2006). Como afirma a autora, “a matéria é sempre materializada” (BUTLER, 1993, p.9), sempre uma negociação ativa de limites, que alcança a convincente aparência de fixidez e coesão mediante a reiteração continuada de normas. A aparência da materialidade corporal enquanto um dado autoevidente e exterior ao discurso é, precisamente, o mais efetivo e dissimulador efeito destas normas regulatórias de poder-saber que operam segundo uma dinâmica performativa.

A partir desta leitura, é contestada a compreensão de que os corpos e o poder estabelecem entre si qualquer relação de exterioridade, radicalizando proposições que se apresentavam em germe no pensamento foucaultiano. Diferentemente do filósofo francês, Butler defende que o poder-discurso não atua de modo a inscrever suas normativas *sobre* determinada matéria e corpos preexistentes. Pelo contrário: segundo este novo quadro analítico, a “matéria” e os corpos são a materialização das dinâmicas do poder e,

nesta medida, são “indissociáveis das normas regulatórias que governam sua materialização” (BUTLER, 1993, p.2). Em outras palavras, a materialidade corporal é tomada como a sedimentação contextual dos regimes de poder-saber, o mais poderoso efeito (material) das normativas culturais que informam os processos de significação e a economia política dos atos perceptivos.

Fica claro nos escritos de Judith Butler que a ideia de materialização descreve a dimensão *discursiva* dos processos de constituição de corpos. De fato, suas considerações sobre o que a “matéria” é se dão sempre acompanhadas da ênfase derridiana que promulga a impossibilidade de se conhecer o corpo fora da cultura e do discurso, como no seguinte comentário:

Language sustains the body not by bringing it into being or feeding it in a literal way; rather, it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible. To understand this, one must imagine an impossible scene, that of a body that has not yet been given social definition, a body that is, strictly speaking, not accessible to us, but that nevertheless becomes accessible on the occasion of an address, a call, an *interpellation* that does not “discover” this body, but constitutes it fundamentally (BUTLER, 1997b, p.5, ênfases nossas)

Ao afirmar que “*it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible*”, Butler evidencia que o foco de suas preocupações está localizado no modo como os corpos são interpretados e ganham sentido na/pela linguagem. Lendo este trecho em conjunto com a colocação ao final da citação, que sublinha a interpelação como aquilo que “*does not ‘discover’ this body, but constitutes it fundamentally*”, podemos afirmar que a autora parece igualar a existência social e simbólica do corpo à sua existência *in eri*, apagando qualquer relevância do biológico em meio aos processos de materialização.

Sem dúvida, não se pode ter “acesso” à materialidade dos corpos a não ser por discursos, conceitos e critérios de inteligibilidade variáveis, sendo estes constrangimentos constitutivos impregnados pelas normas de gênero. Em outras palavras – e nos permitimos aqui uma aparente tautologia –, é inconteste que, para se tornar inteligível, determinada soma tem como necessária sua inserção nos quadros de inteligibilidade cultural vigentes. Não obstante, não se deve reduzir a materialidade corporal a *puro* efeito do discurso, sob pena de “confundir o ‘ser’ de uma coisa com o modo como ela é conhecida” (COLEBROOK, 2000, p.78), incorrendo assim naquilo que

Roy Bhaskar nomeou de “falácia epistêmica”. Colocando de maneira direta: afirmar (acertadamente) que uma “coisa” só é conhecida *mediante* conceitos é bastante diferente de afirmar que a mesma é *total e unilateralmente construída* pelos conceitos.

Uma das principais limitações inerentes à insistência butleriana em conceber que os discursos “fundamentalmente constituem os corpos”, à qual subjaz a premissa de homologia entre “produção” discursiva e produção material, diz respeito à negação de quaisquer potenciais agenciais da materialidade corporal que não aqueles impostos pela categoria discursiva “sexo”. Questões relacionadas, por exemplo, à possibilidade de características biológicas e anatômicas oferecerem constrangimentos em termos fenomenológicos (os *disability studies* apresentam ricas contribuições nesse sentido, assim como as teorizações beauvoirianas), ou mesmo influenciarem os processos de significação cultural dos corpos, são poucas vezes endereçadas por Butler. Como coloca Noela Davis (2010, p.137), a “matéria” e os processos de formação subjetiva, via de regra, recebem nos escritos da filósofa uma roupagem cultural e social que exclui o biológico.

Em síntese, ao passo que a ideia de materialização nos apresenta uma importante leitura das dinâmicas através das quais os discursos se tornam “matéria”, ela falha ao não explicitar como a própria *matéria* se torna “matéria”. Reportando-nos ao subtítulo de “*Bodies that Matter*” (“*On the discursive limits of sex*”), é possível afirmar que a perspectiva butleriana proporciona uma rica teorização dos limites discursivos do sexo; todavia, o faz sustentando-se em “gritantes silêncios” acerca dos limites propriamente materiais do fenômeno em questão, o que aponta para um quadro teórico permeado por determinado monismo linguístico-discursivo, no qual os únicos elementos que importam (*that matter*) são as normativas culturais. Como indaga Karen Barad, evidenciando as hiantes ausências inerentes a esse posicionamento: “*E quanto aos limites materiais: as restrições e exclusões materiais, as dimensões materiais de agência e as dimensões materiais das práticas regulatórias?*” (BARAD, 1998, p.91).

A INEFÁVEL MATÉRIA

Em paralelo à sua definição de “matéria” como um efeito do poder-discurso ou, mais precisamente, como “o poder em seu efeito formativo ou constitutivo” (BUTLER, 1993, p.34), Judith Butler nos apresenta outra “modalidade de materialidade” (em termos aristotélico-althusserianos), sendo

esta marcadamente menos elaborada pela autora que a primeira. Diferentemente da “matéria” e dos processos de materialização anteriormente abordados (estes, como vimos, questões concernentes à significação e inteligibilidade dos corpos), esta modalidade alternativa de *matéria* designa as propriedades físicas e biológicas do corpo:

[...] surely bodies live and die; eat and sleep; feel pain, pleasure; endure illness and violence; and these “facts”, one might skeptically proclaim, cannot be dismissed as mere construction [...] *But their irrefutability in no way implies what it might mean to affirm them and through what discursive means.* (1993, p.xi, ênfase nossa)

Mais adiante, a autora reitera:

It must be possible to concede and affirm an array of “materialities” that pertain to the body, that which is signified by the domains of biology, anatomy, physiology, hormonal and chemical composition, illness, age, weight, metabolism, life and death. None of this can be denied. But the undeniability of these “materialities” in no way implies what it means to affirm them. (1993, p.66, ênfase nossa)

Prima facie, estas passagens parecem caracterizar concessões a alguma forma possível de realismo, o que desautorizaria previamente qualquer acusação orientada à autora de *Bodies that Matter* de negar por completo a materialidade palpável dos corpos. Inspira cautela, contudo, o modo como até mesmo estas raras considerações do corpo físico são acompanhadas de insistentes ressalvas (vide os trechos enfatizados ao final de ambas as citações). Cabe a nós, portanto, previamente a qualquer conclusão (em favor ou contrária às acusações endereçadas a Butler), analisar detidamente o preciso sentido destas concessões feitas pela autora a uma *matéria* “real”, contextualizando-as no edifício político-teórico butleriano mais amplo.

Como vimos, Judith Butler defende a impossibilidade de acesso ao corpo fora do âmbito do discurso genderizado, colocando a linguagem como condição de possibilidade da materialidade. “Como lócus de interpretações culturais, o corpo é a realidade material que já foi localizada e definida dentro de um contexto social” (BUTLER, 2008, p.160). Ou seja, em sua reelaboração das relações estabelecidas entre ontologia e epistemologia – que a autora persegue prioritariamente através de sua crítica pós-estruturalista orientada ao binarismo sexo/gênero –, Butler exacerba o papel produtivo desempenhado pela última, em detrimento da primeira. Para a filósofa norte-americana, a

materialidade do corpo é desde sempre uma “situação cultural” (BUTLER, 2008, p.160), um modo de expressão dos regimes de poder-saber que atuam mediante as práticas discursivas, sempre um espaço determinado e moldado pelas normativas culturais.

Perspectivados a partir deste quadro teórico, os processos de significação emergem como forças culturais que trazem a materialidade pré-discursiva dos corpos – objeto da “concessão” butleriana ao realismo – à “existência”, operando como verdadeiros sopros de vida que animam a carne, de modo a transformá-la em “matéria” (os corpos inteligíveis, efeitos dos processos discursivos de materialização). Aproximamo-nos aqui de um quadro analítico marcado por determinada autossuficiência da linguagem, uma vez que os discursos que significam os corpos, aparentemente, não sofrem qualquer tipo de constrangimento constitutivo de propriedades biológicas e físicas. Por conseguinte, temos a capitulação da concretude corporal: o preço a ser pago por esta, em troca de sua ascensão ao reino da inteligibilidade cultural, é a incondicional renúncia a quaisquer “sentidos” que lhe são próprios. Vemo-nos, assim, conduzidos à estranha conclusão de que a biologia, a anatomia e os hormônios não são elementos integrais dos corpos inteligíveis (os “*bodies that matter*”)², de modo que a condição corporal que experimentamos em nosso cotidiano é apontada como resultado das dinâmicas culturais e discursivas.

Logo, temos que Butler somente admite a existência de determinada materialidade extratextual sob a condição da mesma ser relegada ao estatuto de exterioridade inacessível, um elemento que não exerce qualquer interferência nos processos de significação cultural dos corpos. Em outras palavras, mediante um duplo gesto paradoxal – que, em última instância, cumpre em resguardar a hegemonia de seu construtivismo performativo radical –, Judith Butler reconhece certo limite à construção da materialidade dos corpos, concedendo a seus detratores um excesso propriamente material, para, em seguida, defender que esta dimensão exterior à linguagem só pode ser pensada dentro dos limites linguísticos, impossibilitando assim que vislumbremos este espaço não redutível a um conjunto de disposições culturais.

2 Fato é que Judith Butler se vale amplamente da feliz coincidência referente à palavra “*matter*” designar em inglês, ao mesmo tempo, o substantivo cujo correlato em português é “matéria” (substância física, *res extensa*), o “tema ou assunto do qual se trata” e o verbo “*to matter*”, que tem como traduções possíveis “importar” e “significar”. Os empregos do termo em *Bodies that Matter* são sempre permeados por certa ambiguidade consequente, que a autora, estrategicamente, poucas vezes busca esclarecer.

A palpabilidade dos corpos é tratada aqui como a exclusão constitutiva do discurso, o espaço onde a linguagem encontra seu limite, figurando como um domínio de ininteligibilidade radical – uma espécie de *Grenzbegriff*. Para Butler, a impossibilidade de alcance deste domínio material em si decorre diretamente da condição humana, que nos impõe os limites da linguagem e das estruturas de inteligibilidade cultural como os limites de nossa realidade (a aproximação a determinado vocabulário kantiano é aqui forçosa e sintomática). Sendo assim, afirma Butler, é apenas a partir da nomeação interpelativa do sexo que esta base biológica será revestida de uma existência social, tornando-se cognoscível. Precedente à sua “inauguração” cultural no âmbito do discurso genderizado, há tão-só o desconhecido, o intematizável – em suma, os protocorpos impossíveis.

Ainda, a pensadora acentua que qualquer tentativa de compreender ou investigar a irredutível materialidade biológica dos corpos só pode ser conduzida através do discurso, estando, com efeito, fadada a esbarrar nos limites da ordem simbólica:

The body posited as prior to the sign, is always posited or signified as prior. This signification produces as an effect of its own procedure the very body that it nevertheless and simultaneously claims to discover as that which precedes its own action. (BUTLER, 1993, p.30)

Nesta passagem, fica clara a herança derridiana presente no pensamento butleriano. Em meio à sua contestação da metafísica da presença, a autora nos conduz a compreender que a própria noção de uma existência precedente ao discurso é, ela mesma, uma formulação cultural e discursiva, ou seja, um efeito dissimulador de atos de fala, que produzem aquilo que alegam simplesmente descrever ou constatar. Assim, nos vemos hermeticamente enclausurados nos limites da cultura, inapelavelmente condenados por nossa condição de “seres linguísticos” a viver em um mundo de remissões textuais e engenhosas ficções que discursivamente se apresentam como “materiais”, não podendo, de modo algum, vislumbrar a materialidade corporal que excede nossos conceitos; entre nós e a concretude dos corpos é construída uma intransponível barreira ontológica, uma alteridade absoluta que faz do Real e do Simbólico instâncias incomensuráveis. Como sintetiza Vicki Kirby (2006, p.70):

Our sense of the materiality of matter, its palpability and physical insistence, is rendered unspoken and unthinkable in Butler’s account, for the only thing that can be known

about it is that it exceeds representation. Beyond cultural intelligibility, the existence of this external stuff ensures that our understanding of an outside, inasmuch as it is discourse dependent, can only be the dissimulation of an outside that *appears* as matter.

Apesar de suas motivações iniciais desconstrutivistas, um dos principais efeitos da teorização butleriana da *matéria* como um espaço inalcançável e inarticulado é, de fato, a reinstalação do tradicional binarismo natureza/cultura, que se expressa na distinção clara feita pela autora entre um reino de conhecimento e agência – nomeadamente, a Cultura – e sua infável contraparte material – a Natureza (KIRBY, 2006, p.69). Essa abordagem opera de maneira a expandir indefinidamente o segundo termo do par opositivo natureza/cultura, reconhecendo o caráter dinâmico, produtivo e cognoscível das práticas discursivas, porém o faz à custa da rejeição da materialidade física a um espaço de pura inércia, mutismo e complementaridade, esvaziando-a de sentido e, em última instância, apagando-a completamente – sob o salvo-conduto desta ser “inacessível”.

Sinteticamente, o “materialismo” (e aqui as aspas são fundamentais) de Judith Butler pode ser descrito em termos de uma realização parcial da “estratégia geral da desconstrução” (DERRIDA, 2001, p.47), qual seja, o duplo gesto inversão-deslocamento. Assim como grande parte da teoria feminista vinculada à virada linguística, Butler, visando confrontar os alicerces metafísicos dos discursos ideológicos naturalistas antifeministas, inverteu a hierarquia conceitual e a direção determinista dos dualismos matéria/ideia, natureza/cultura, ontologia/epistemologia – e sua expressão feminista contemporânea, sexo/gênero –, concebendo os últimos termos como definidores dos primeiros. A autora, todavia, se deteve no estabelecimento de novas formas hierarquizantes de organização das oposições binárias, agora de maneira a subordinar os polos anteriormente concebidos pelo discurso naturalista como determinantes, não realizando, assim, o real deslocamento da estrutura do sistema, isto é, não propriamente horizontalizando as antigas hierarquias de modo a reorganizar os termos em arranjos não-binários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DIREÇÃO A UMA NECESSÁRIA HETERODOXIA MATERIALISTA

Como pudemos observar, apesar de suas aspirações pós-modernas, a abordagem butleriana do corpo se mantém fiel ao regime moderno de pensamento binário, definindo-o, pendularmente, ora como pura produção discursiva, ora

como nebuloso excesso material “anterior” à linguagem (BRAY; COLEBROOK, 1998). Tal dicotomia evoca, em alguma medida, o teor prevalecente nos debates sobre corpos e subjetividades, sendo estes tradicionalmente polarizados entre construtivismos totalizantes e naturalismos reducionistas.

Essa oposição rígida entre construtivismo e naturalismo pode ser compreendida como apenas aparente, uma vez que os lados concorrentes compartilham da pressuposição de existência de certa separação inexorável entre natureza e cultura, matéria e discurso, sendo que cada posição teórica localiza em polos distintos o elemento determinante em relação ao outro (SANTOS, 2017, p. 156). O que deve ser acentuado é que, além de alimentarem discussões circulares que induzem a teoria à estagnação, os termos por meio dos quais tais debates são conduzidos, ao nos forçarem a optar pela natureza ou pela cultura, pela matéria ou pelo discurso, nos impõem, independentemente das preferências facciosas que tenhamos, uma inaceitável convivência com o determinismo.

Diante deste quadro, mostra-se premente a tarefa de se definir aquilo que Bruno Latour, no plano da sociologia da ciência, chamou de “*new settlement*”, isto é, uma nova forma de pensar a interimplicação do material e do discursivo, da natureza e da cultura, que cumpra em transversalizar os fluxos entre os termos sem garantir prioridade a nenhum dos *aparentes* lados opostos.

Um primeiro passo no sentido de horizontalizar as estruturas hierárquicas que ditam os modos de se pensar as interações entre matéria e discurso em meio ao fenômeno corporal é admitir, como faz Susan Hekman (2008), que *há algo significativamente errado nas atuais considerações feministas sobre a materialidade dos corpos*. O material não é apenas um construto social; não é um simples objeto passivo de nossa criação linguística, como promulga o paradigma socioconstrutivista hegemônico (HEKMAN, 2008, p.92). Como um contrapeso à ortodoxia linguística dominante nos estudos feministas e de gênero contemporâneos, o quadro teórico não-determinista que desejamos deve partir do reconhecimento do papel ativo e produtivo desempenhado *também* pela “carne” em meio aos processos de materialização de um “eu” corporalmente localizado sem que, para tanto, sucumba a posicionamentos que definam a matéria enquanto extensão espontaneamente existente e autossuficiente (o que caracterizaria um pernicioso retorno a concepções próprias ao realismo moderno e seu intrínseco falocentrismo).

De fato, acreditamos que o espectro do essencialismo, que historicamente assombra o pensamento feminista sobre os corpos e as subjetividades, será eficazmente combatido não mediante um movimento de afastamento da biologia, da matéria e da natureza – como tem sido feito por diversas vertentes da teoria feminista –, mas a partir da problematização e radical redefinição da ideia de matéria que nos foi legada pelo projeto epistemológico moderno, de tal maneira que, após sua reformulação, não reste qualquer caricatura inerte e atomizada de materialidade corporal à qual os discursos essencialistas possam minimamente recorrer. Em outras palavras, julgamos necessário contrapor à reinante ortodoxia linguística uma nova *heterodoxia materialista*, em direção à qual os emergentes neomaterialismos estão dando seus passos iniciais.

O sepultamento definitivo do determinismo naturalista tem sido um dos principais objetivos históricos do feminismo enquanto movimento político e teórico. Tal meta, entretanto, não pode ser realizada à custa da concretude do mundo. Um esforço dessa natureza também demandará das atuais tendências hegemônicas nos estudos sobre as mulheres, feministas e de gênero, sempre prontas a descartar automaticamente perspectivas que retomam as problemáticas da biologia e da materialidade como “determinismo biológico disfarçado com outro nome” (KING, 1997, p. 130), confiança nas credenciais feministas de grupos que começam a discutir a relevância das dimensões ontológicas e tangíveis dos corpos. De nosso sucesso nessa tarefa de resgatar a concretude do mundo de sua vigente sublimação simbólica depende o futuro do feminismo como prática político-teórica verdadeiramente empenhada na emancipação dos corpos – estes, arriscamos dizer, irremediavelmente *materiais* (no sentido forte do termo).

REFERÊNCIAS

ALAIMO, Stacy. **Bodily natures: science, environment, and the material self.** Bloomington: Indiana University Press, 2010.

ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da Ideologia.** São Paulo: Contraponto, 1996. P.105-142.

BARAD, Karen. “Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality”. **Differences**, n. 10, p.87-128, 1998.

BARAD, Karen. **Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning.** Durham & Londres: Duke University Press, 2007.

BRAY, Abigail; COLEBROOK, Claire. “The Haunted Flesh: Corporeal Feminism and the Politics of (Dis)embodiment”. **Signs**, n. 24, p. 35– 67, 1998.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex**. Londres: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Crocodilo e N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. “Gender as Performance: Na Interview with Judith Butler”. **Radical Philosophy**, n. 67, p. 32-39, 1994.

BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power: Theories in Subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997a.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997b.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: CRESPO, Ana Isabel et al. (Orgs.), **Variações sobre sexo e gênero**. Lisboa: Livros Horizonte: 2008, p.154-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLEBROOK, Claire. “From Radical Representations to Corporeal Becomings: The Feminist Philosophy of Lloyd, Grosz, and Gatens”. **Hypatia**, n. 15, p. 76–93, 2000.

COLLING, Leandro; PELÚCIO, Larissa. Apresentação do Dossiê. **Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14253/9856>. Acesso em 03/11/2019.

DAVIS, Noela. **Material Subjectivity: The Performative Entanglement of Biology Within Sociality**. Tese de Doutorado em Filosofia, Faculty of Arts and Social Sciences, University of New South Wales, 2010.

DE LAURETIS, Teresa. “Statement Due”. **Critical Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 365-368, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HEKMAN, Susan. “Constructing the Ballast: An ontology for feminism”. In: ALAIMO, Stacy; HEKMAN, Susan (Orgs.), **Material Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 2008, p. 85-119.

HIRD, Myra. **Feminist Matters: New Materialist Considerations of Sexual Difference**. **Feminist Theory**, v. 5, n.2, p.223–232, 2004.

KIRBY, Vicki. **Judith Butler: Live Theory**. Londres: Continuum, 2006.

KING, Ynestra. “Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura”. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.), **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1997, p. 126-156.

MARTINS, Bruno Sena. **E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Afrontamento, 2006.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. “Tráfico sexual: entrevista”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>. Acesso em 07/11/2019.

SANTOS, Caynã de Camargo. “O Pecado da Carne: Neomaterialismo e a (Re)Descoberta do Corpo”. **Ex aequo**, Lisboa, n. 35, p. 145-158, 2017. Disponível em <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/35-o-pecado-da-carne-neomaterialismo-e-a-re-descoberta-do-corpo>. Acesso em 12 dez. 2019.

TURNER, Terence. “Bodies and Anti-bodies: Flesh and Fetish in Contemporary Social Theory”. In: CSORDAS, Thomas. (Org.), **Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 27-47.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.